

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.348.757 - SP
(2018/0211603-3)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : INSTITUTO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL SIRIO
LIBANES
ADVOGADOS : ALFREDO ZUCCA NETO E OUTRO(S) - SP154694
ANA LÚCIA VASSALLO - SP130514
PATRÍCIA APARECIDA DE SOUZA DI LUCA - SP216406
LEONARDO ROMEIRO BEZERRA - DF028944
AGRAVADO : C V - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : J S T - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : S T V (MENOR)
ADVOGADO : PEDRO KIRK DA FONSECA E OUTRO(S) - SP142256

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO ANTE A INTEMPESTIVIDADE.

INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO.

1. Consoante Enunciado Administrativo n. 3, do Plenário do Superior Tribunal de Justiça, "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. *In casu*, incidem as regras estabelecidas pelo Código de Processo Civil de 2015, visto que à época da publicação do acórdão recorrido já estava em vigor o novo regramento processual.

2.1. É intempestivo o recurso especial interposto após o prazo de 15 (quinze) dias úteis previsto nos artigos 219 e 1.003, § 5º, do CPC/2015.

2.2. Nos termos do parágrafo 6º do artigo 1.003 do aludido diploma, para fins de aferição de tempestividade, a ocorrência de feriado local deverá ser comprovada, mediante documento idôneo, no ato da interposição do recurso. Precedente: AgInt no AREsp 957.821/MS, CORTE ESPECIAL, DJe 19/12/2017.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

